

ENTREVISTA COM LIBÂNIA NACIF XAVIER: O I PROGRAMA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO (1983-1986)

SHEILA CRISTINA MONTEIRO MATOS¹

Em 1982, no derradeiro período do Regime Militar, ocorreram as eleições diretas para governadores em todos os estados brasileiros. No Rio de Janeiro, venceu Leonel de Moura Brizola, fundador do Partido Democrático Trabalhista (PDT), tendo como vice-governador o antropólogo Darcy Ribeiro, que assumiu a pasta da cultura no Estado e foi o principal articulador do “I Programa Especial de Educação (I PEE)”, de 1983 a 1986. Integravam também a coordenação do Programa as secretárias de educação do estado e do município do Rio de Janeiro, respectivamente Iara Vargas e Maria Yedda Linhares, juntamente com o reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (BOMENY, 2008).

O cenário fluminense no período estudado foi tomado pelo acirramento entre brizolistas e o antibrizolistas. A predominância nas relações político-partidárias fluminenses ainda trazia elementos da hegemonia Chaguista, herança do governo de Chagas Freitas (1979-1983), que era expressa em práticas clientelistas com a permanência de algumas manobras que, por meio do uso da “máquina política”, facilitavam ações antidemocráticas em diversos espaços e instâncias (FARIA, 2011). A instituição escolar não ficou à deriva dessas práticas.

Na contramão desse processo, a década de 1980 já despontava um cenário político e ideológico em que emergiam novas ideias e enfrentamentos em prol de uma escola verdadeiramente pública e republicana, como frisa Faria (2011).

O pensamento e a discussão em prol da escola pública foi se adensando por meio da mobilização do “Encontro de Mendes”², e este resultou na proposição dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), principal implementação do I PEE³. Os CIEPs eram instituições para cerca de 1.000 alunos, as quais funcio-

1 Doutoranda em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), formadora do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), orientadora educacional em Mesquita/RJ, professora II em Duque de Caxias/RJ.

2 As bases do I PEE foram debatidas no Encontro de Mendes, em novembro de 1983, evento que contou com a participação de professores e profissionais da educação de todas as regiões fluminenses.

3 O PEE, considerado seu formato original, não pode ser confundido com o CIEP. O Programa, por meio de suas 19 (dezenove) metas, extravasava os limites de um monumento escolar. Os CIEPs, a 11ª meta, eram apresenta-

navam em tempo integral. Tais centros tinham como concepção a ideia de que o aluno de comunidades populares deveria permanecer mais tempo na escola, como forma de proteção social.

O Programa não foi uma unanimidade no seio dos profissionais da educação. Militantes sindicais, educadores, políticos, pesquisadores criticavam essas propostas, qualificando-as como eleitoreiras⁴.

Nesse contexto, esta entrevista, de cunho historiográfico, realizada com a professora Libânia Nacif Xavier⁵, tem por motivação desvelar tensões e contradições vivenciadas na implementação do I PEE. O diálogo foi estabelecido em 22 de março de 2016, no *Campi* da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Uma das metas do I PEE era implementar as escolas de tempo integral no município fluminense. Era um projeto eleitoreiro ou era uma utopia possível?

O projeto era ambas as coisas. Porque, por um lado, para conseguir colocar em prática aquela utopia, era necessário propagandear, era necessário divulgar. Havia estratégia de divulgação internacional. Várias revistas e jornais internacionais divulgaram essa experiência com educação integral, com escolas populares no Brasil. Os CIEPs figuravam em *outdoors* e em cartazes oficiais, assim como em propagandas veiculadas no horário nobre de algumas emissoras de televisão.

E era eleitoreiro? Também era. Havia CIEP perto de rodovias, onde todos podiam ver e reconhecer o projeto do Brizola, os assim chamados *brizolões*. Os CIEPs causavam impacto justamente por encarnarem um tipo futurista de escola, e se tornaram o fulcro da propaganda do Governo do PDT e de seu principal líder, Leonel Brizola. Sabemos que o campo educacional é extremamente vulnerável às ações demandadas pela disputa político-eleitoral, na qual o controle do sistema de ensino representa uma moeda de alto valor seja para a legitimação

dos como escolas que serviriam de modelo para o novo padrão de escola pública, o qual se queria generalizar. Sem embargo, o PEE, de escopo tão abrangente, acabou reduzido os CIEPs. (BOMENY, 2008; EMERIQUE, 1997).

4 Mignot (1989) chega a abordar que, em 1985, o calendário de inauguração dos CIEPs tinha efetiva correspondência com o calendário das eleições municipais. Por seu turno, Xavier (2001) afirma que a descontinuidade político-administrativa, somada à própria tradição clientelística que qualifica o campo político brasileiro e fluminense, tem reflexos importantes na configuração do campo educacional e na sua relação com ações demandadas pela disputa político-eleitoreiras.

5 Professora associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pós-doutora em Educação, mestre e doutora em Educação Brasileira, Bacharel e Licenciada em História. É pesquisadora do I e II PEE no Rio de Janeiro.

dos líderes políticos do momento, seja para a desautorização de seus opositores (ou antecessores).

Brizola queria se eleger e continuar com esse projeto. Foi um projeto, ao meu ver, revolucionário, que marcou a educação brasileira, sobretudo no Rio de Janeiro. Que mostrou para os professores que é possível ter um outro modelo de escola, ter um espaço de reflexão, ter uma educação de qualidade, de verdade, uma educação integral, que abrangesse a formação integral dos educandos, promovendo o seu desenvolvimento intelectual, artístico, moral e cívico. Mostrou que educação integral não é somente tempo integral, mas é um conjunto de conhecimentos e hábitos, de experiências que você pode promover dentro da escola, que é bom para o aluno e poderia ser bom para os professores também.

E sobre o “Encontro de Mendes”?

Realmente, eu concordo que o Encontro de Mendes provocou uma cisão. O Darcy [Ribeiro] acabou expressando uma visão apressada e, podemos dizer, até um pouco autoritária em relação aos professores. Ele trouxe o projeto pronto e esperava sua aprovação. Não a encontrou. Não a encontrando, ele decidiu construir uma rede paralela. Essa foi uma das fragilidades desse programa. Se era uma rede especial, uma secretaria extraordinária ou um programa especial, não era ordinária, ou seja, não era para perdurar e permanecer. Serviu apenas para mostrar que era possível ter algo diferente, mas possível por pouco tempo.

E acerca de sua continuidade?

A questão da administração, de um investimento maior, de uma contratação de funcionários para todos aqueles pequenos projetos que compunham o Programa, seria possível talvez, pensando na folha de pagamento. O fato de haver terceirizado o pessoal da folha, facilitou muito – quando mudou o governo e o partido – que Moreira Franco e Marcelo Alencar, por exemplo, pudessem demitir todos os terceirizados, e transformar e usar aqueles prédios. Desarticular o Programa na verdade, até porque havia a preocupação em desvincular a figura do adversário político do programa educacional a ele associado. Muitas daquelas escolas foram transferidas para as prefeituras municipais, administradas por prefeitos filiados a partidos de oposição ao PDT. Em suma, a eficácia do uso eleitoral do CIEPs foi proporcional ao ímpeto destruidor dos partidos de oposição que sucederam a Brizola.

Outra questão que eu considero importante discutir é o uso do prédio pela comunidade, coisa que eu achava que era muito interessante, mas que nem sempre dava certo. Nem sempre a comunidade sabia fazer um bom uso. Enfim, isso mostra as dificuldades que decorrem da falta de hábito de uso dos espaços públicos. [A comunidade] está tão acostumada a ser marginal, a não poder entrar, que, quando entra, destrói.

E sobre o contexto do Chaguismo e do Brizolismo?

Em linhas gerais, eu acho que o Chaguismo ainda era uma sobrevivência de uma concepção arcaica de política, autoritária, baseada no clientelismo, na troca de favores eleitorais. O Brizolismo não mudou isso completamente; mas, deu outra roupagem, procurando montar um governo mais democrático. [O Brizolismo] lembrou a questão dos direitos humanos. Brizola articulou o projeto educacional com a contenção da violência, que era diferente de querer antecipar a pena de morte para assaltos e furtos etc. Ele tinha preocupação, de fato, com as crianças, ricas ou pobres. Enfim, o Brizolismo marcou uma inflexão na cultura política fluminense sobretudo, mas brasileira também, em um momento de reconstrução democrática.

Quais foram os atos e fatos que representavam o pensamento de Maria Yedda Linhares como secretária municipal de educação?

Eu não tive contato com ela, mas sempre me perguntei: “como uma historiadora, com perfil superacadêmico, de pesquisadora, abraçou o cargo de secretária de educação?”. Acredito que ela tenha abraçado esse cargo pensando no potencial democratizante que ela poderia desempenhar.

Referências

BOMENY, Helena. Salvar pela escola: programa especial de educação. In: FERREIRA, Marieta Moraes (Org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV; ALERJ, 2008. p. 95-127. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

EMERIQUE, Raquel Balmant. *Do salvacionismo à segregação: a experiência dos Centros Integrados de Educação Pública no Rio de Janeiro*. 1997. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

FARIA, Lia. *Chaguismo e brizolismo: territorialidades políticas da escola fluminense*. Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. CIEP – Centro Integrado de Educação Pública – alternativa para a qualidade do ensino ou nova investida do populismo na educação? *Em Aberto*, Brasília, ano 8, n. 44, p. 45-62, out./dez. 1989.

XAVIER, Libânia Nacif. Inovações e (des)continuidades na política educacional fluminense. In: FREIRE, Américo et al. (Org.). *Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ALERJ/FGV, 2001. p. 115-156.

Submissão em: 18/04/2016.

Aprovação em: 04/05/2016.